

INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): identidade profissional e papel junto à educação especial**INTERPRETER SIGNS BRAZILIAN LANGUAGE (LIBRAS): professional identity and paper to the special education**

Fauston Negreiros¹
Ivanildo da Silva Santos Filho²
Raquel Cristina Sousa Silva³

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a identidade profissional do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e aborda o papel de mediação desse profissional referente à educação especial na perspectiva inclusiva. Foram utilizados dois instrumentos: questionário sociodemográfico; e entrevista semiestruturada, que agregou proposições sobre a identidade profissional, prática, concepção e papéis educacionais frente à inclusão educacional. Dessa maneira, estudo evidencia como tem ocorrido o processo de inserção desse profissional no ambiente educacional, as concepções da escola acerca do intérprete, o desconhecimento por parte do corpo docente, e a função do intérprete de LIBRAS no que se refere a sua atuação como um interlocutor ou um mediador da aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete de LIBRAS. Identidade profissional. Aluno surdo. Inclusão.

ABSTRACT

This research aims to investigate the professional identity of the interpreter of Brazilian Sign Language (Libras), and deals with this professional mediation role relating to special education in inclusive perspective. Two instruments were used: sociodemographic questionnaire; and semi-structured interview, which added propositions on the professional identity, practice, design and educational roles across the educational inclusion. Thus, study shows as has been the this professional insertion process in the educational environment, the school's conceptions about the interpreter, ignorance on the part of the faculty, and the LBS interpreter's role with regard to his performance as a party or a mediator of learning.

KEYWORDS: LIBRAS interpreter. Professional identity. Deaf student. Inclusion.

¹ Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Professor Adjunto III da Universidade Federal do Piauí/UFPI. Professor permanente do Mestrado em Sociologia da UFPI. Coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação e Queixa Escolar/PSIQUED. faustonnegreiros@ufpi.edu.br

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí/UFPI. nillphb@hotmail.com

³ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí/UFPI. carquel.phb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A inserção do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na sala de aula regular, acaba despertando inquietações em relação à sua identidade, pois no âmbito educacional, essa atuação ainda é desconhecida por parte da comunidade escolar, sobretudo quando se evidenciam funções, possibilidades de atuação e limitações. No entanto, surgem algumas dúvidas se o intérprete educacional é o mediador na comunicação entre o aluno surdo e o professor, ou se ele é responsável exclusivo no papel de docente frente ao aluno surdo. (ROSA, 2003; OLIVEIRA, 2012; LACERDA, 2009; SANDER, 2000). Dessa maneira, esta pesquisa tem por objetivo compreender o trabalho do intérprete de libras nos processos de ensino e aprendizagem do surdo na rede pública de educação na cidade de Parnaíba-PI.

A atuação do intérprete educacional é uma modalidade recente, a qual merece ser analisada a fim de atender as necessidades de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão do aluno surdo. Deve-se compreender que não é pelo fato de que o intérprete esteja na sala de aula como o discente com surdez que a instituição de ensino será inclusiva. Nessa perspectiva, a proposta de educação inclusiva envolve os professores, gestores, e outros profissionais da área da educação, considerando não apenas o foco nas inabilidades, mas nas diferenças funcionais e no respeito às singularidades dos estudantes, indispensável às práticas educativas (GESUELI, 2006; PIRES, 2000; GUARINELLO, 2008).

O trabalho do intérprete de libras na escola tem menos de duas décadas em desenvolvimento, pois, de acordo com a Lei nº12.319 de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), aprova a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Antes disso, ocorreram mudanças na legislação brasileira que permitiram alguns direitos à pessoa surda, por exemplo, a Lei 10.436/02, que define a Língua Brasileira de Sinais como a forma de comunicação tendo estrutura e gramática pertencente a comunidade surda do país. Também o decreto 5.626/05, determina que as instituições de ensino, responsáveis pela educação básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de escolas e classes bilíngues ou com a presença de um intérprete (NASCIMENTO, 2012; MONTEIRO, 2006).

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Os primeiros registros, no que diz respeito à educação de surdos no Brasil, começaram no Instituto Imperial de Surdos-Mudos, o atual Instituto de Educação de Surdos (INES), fundado no ano de 1857, como o auxílio do professor Frances E. Huest e como o apoio do imperador D. Pedro II. Devido ao contato entre surdos e professores no Instituto proporcionou para que a língua de sinais fosse difundida e ganhasse espaço na comunidade surda. Outro fato que marcou a história da educação dos surdos foi a proibição do uso da língua de sinais, no congresso internacional realizado em Milão em 1880 acreditando que a modalidade viso-espacial inferior e não supria a necessidade do aluno surdo. De acordo com Leite (2005, p.32), “os alunos surdos que conseguiam oralizar eram considerados mais inteligentes em condições plenas para o desenvolvimento educacional, os que sinalizavam eram considerados inferiores”.

Durante décadas, a língua de sinais sofreu uma forte desvalorização. Resultando em problemas educacionais e sociais. Dessa maneira, a proposta oralista tem por objetivo estabelecer uma recuperação para indivíduo com surde acreditando que ele possa adquirir a fala verbal. Na perspectiva de Gesse (2009) o oralismo é considerado como uma imposição social de uma maioria falante da língua oral, sobre uma minoria linguista. De fato, esse problema não apenas

envolve a educação, mas fere a cultura e a identidade da comunidade surda, que por décadas luta por direitos de pode expressar a sua língua.

[...] as línguas de sinais não desapareceram, escapando das barreiras sociais linguísticas, e hoje são consideradas como língua humanas e naturais. Estão mais fortalecidas, apesar das consequências durante a evolução das línguas de sinais nas comunidades surdas dos países, como as pesquisas tardias, a carência de dicionários e o preconceito linguístico, entre outras. (DINIZ, 2011, p.29).

Depois de anos de proibição da língua de sinais, aos poucos a situação dos surdos em diversos países, foi tomando outra direção. Por volta da década de 1980, retornou em algumas escolas no Brasil o uso da Libras, graças às pesquisas realizadas nas áreas da linguística e pedagógicas. Um exemplo notável foi o que aconteceu no INES, no ano de 1990, em que os professores tiveram que atender às necessidades da aprendizagem do aluno surdo retornando ao uso da sua língua natural.

O PAPEL DO INTÉRPRETE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO

Compreende-se que o intérprete de língua de sinais é um profissional que atua em diferentes áreas da sociedade, como: eventos, palestra, programas de TV, no âmbito religioso, e em outros espaços. Entretanto a escola é o local mais propício para vermos esse profissional desempenhar o seu trabalho. Mas pouco se sabe sobre o papel que o intérprete educacional realiza na escola, e não se sabe ao certo como funciona o processo educativo de estudantes surdos.

De acordo com Quadros (2004, p.59) “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional de língua de sinais na educação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente”. Por ser um trabalho inovador esse profissional, enfrenta inúmeros desafios no processo educacional de inclusão de alunos surdos. Infelizmente, devido à falta de conhecimento sobre a sua função na sala de aula, alguns funcionários da instituição, não compreendem o papel do intérprete, resultando numa desvalorização do seu trabalho.

Um dos casos mais comum é do docente acreditar que o intérprete é o professor particular do surdo. Por exemplo, o professor se dirige ao intérprete para saber se o discente tem condições de ser aprovado para o próximo ano, em outros casos o surdo discute os conteúdos e tirar suas dúvidas com o intérprete, e não com o docente (OLIVEIRA, 2010). Outro fator preocupante no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo são os diferentes níveis linguísticos dos surdos, que reflete em uma aprendizagem lenta e tardia. (OLAH, LVAS; OLAH, 2010; SILVA, 2001.)

A língua de sinais é um processo que envolve todo um contexto de construção histórica, linguística e cultural. (ROSSI, 2005). Este desenvolvimento precisa ser iniciado na infância, igual ao que acontece com crianças ouvintes, pois é importante adquirir a aquisição da língua desde cedo. Conforme, Fernandes (2008, p.30) “as crianças surdas tem tido acesso à língua de sinais tardiamente, pois as escolas não oportunizam encontros entre adultos surdos/criança surda. ”

No entanto, a criança surda precisa aprender primeiro a língua de sinais (L1) para depois, conseguir desenvolver a língua portuguesa (L2). De acordo com Quadros (2008, p.115) “quando o surdo aprende a sua língua natural, fica mais fácil de compreender a língua portuguesa, assim, conseguira se inserir na escola com alunos ouvintes, e de fato ocorrerá a inclusão. ”

No entanto, são muitas as responsabilidades que o intérprete educacional assume no processo educacional do aluno surdo, devido ao próprio ambiente bilíngue em que se encontra, pois, o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas da surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas (ARAÚJO, 2010). Podemos compreender, portanto, que existem diferentes fatores que precisam ser compreendidos, para atender as necessidades do aluno surdo e do intérprete educacional.

O INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE DOCENTE

Por se tratar de uma atuação ainda desconhecida na inclusão do sujeito surdo, surgem algumas dúvidas em relação ao papel desse profissional, pois ele não possui uma identidade definida, devido atuar em sala de aula junto com o docente, ele acaba sendo confundido com o professor, (ALBRES, 2010; COSTA, 2008) ou que irá ajudá-lo nas atividades da classe.

Dessa forma, Lacerda (2009) argumenta que a identidade do intérprete educacional está em processo de construção. Algumas indagações são levantadas sobre a identidade do intérprete de libras no âmbito educacional, que precisa ser compreendida, pois- dentro da sala de aula- o intérprete pode ou não assumir uma identidade docente, que merece ser investigada.

A presença do intérprete educacional na sala não significa que ele ocupará o lugar do professor, mas a sua atuação também envolve tarefas educativas que certamente o levará à prática diferenciada, favorecendo a aprendizagem do aluno surdo, dessa maneira, a identidade do intérprete acaba se confundindo com o papel do educador. Segundo Rosa (2005, p.177) “o intérprete não se nomeia professor titular, ele sabe que é responsabilidade do docente na sala de aula, mas em alguns momentos ele estende a sua atuação para a de educador.”

Nessa perspectiva é importante analisar a identidade do professor para não confundir com a do profissional intérprete em sala de aula, pois, existem diversas questões que estão implicadas na identidade docente, para alguns profissionais essa identidade começa no período escola, depois na formação superior através dos estágios, até assumir o papel de professor. O docente constrói sua prática através da formação acadêmica e experiências vivenciadas.

Além de uma formação inicial consistente, é preciso um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidades de melhoria de ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de recursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. (BRASIL, 1997, p. 25).

O profissional docente precisa desenvolver reflexão crítica na sua prática de ensino; dessa maneira, reflete a identidade do educador. Na visão de Rosa (2005) a identidade é singular. Cada indivíduo tem sua própria identidade. A convivência com os alunos, professores e gestores contribui para a formação da identidade docente.

Compreender a identidade docente nos proporciona uma importante contribuição no que diz respeito ao que caracteriza o perfil de docente; entretanto esse profissional possui uma identidade com características diferentes de outros profissionais que atuam na área da educação. Compreendendo um pouco sobre a identidade do docente, fica claro entender que tanto o intérprete educacional como o professor em sala de aula executam atividades de grande importância no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, porém, são atuações bastante distintas que precisa de todo um saber para realizá-la. Segundo Lacerda (2009, p.34) “O

professor ouvinte pode ministrar aulas sem a preocupação em como passar as informações em sinais, através de uma pessoa com competência nessa língua. ”

É importante enfatizar que a prática pedagógica do professor é uma atividade que compete a ele, não deve ser exercida por outro profissional sem o devido preparo para atuar na sala de aula, como também, é função do intérprete educacional que possui domínio na língua de sinais em traduzir e interpretar os conteúdos para o discente surdo. Conforme Rosa (2009, p. 179) “quando se inseri um intérprete de libras na sala de aula, abre-se para o aluno surdo, a possibilidade de aproxima-se do conhecimento escolar na sua língua natural, através de um profissional com competência nesta língua. ”

Por se trata do ambiente escolar, subtende-se que o intérprete educacional não será apenas o intérprete/tradutor. Ele também ensina, educa, aprende os conteúdos para transmitir com eficácia, proporcionando uma aprendizagem compreensível para o discente (ALBRES, 2012; PEREIRA, 2003). Em algumas situações na escola, o aluno surdo recorre ao intérprete em algumas situações para ele interpretar entre colegas e professores, ou na hora do intervalo ele prefere ficar perto do intérprete para conversar.

[...] aos intérpretes que atuam na sala de aula não é possível escapar da ambiguidade professor- intérprete, que está longe de ser solucionada-ou talvez não - pois tudo indica que essa será a nomenclatura adotada pelo Ministério da Educação para “resolver” a inclusão de aluno surdo na escola regular. (ROSA, 2005, p. 184.)

Embora, em muitos casos a identidade do intérprete educacional acaba se cruzando com a do docente na sala de aula, porém vale ressaltar que as identidades dos profissionais são bastante distintas entre eles, ocupando um lugar essencial na educação do indivíduo surdo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, descritiva, que tem por objetivo mostrar os dados pesquisados, através, do contato do pesquisador e o objeto pesquisado, pois ambos possuem uma relação indissociável, no que diz respeito aos fenômenos e todo processo que envolve o resultado da pesquisa. (MINAYO, 2013).

Esta pesquisa contou com 14 participantes, entre Intérpretes e instrutores de LIBRAS com vínculo efetivo na rede pública de ensino de Parnaíba/PI, número este que totaliza 100% dos profissionais da área inseridos nas instituições de ensino. Os critérios para a participação foram: ser intérprete/instrutor de LIBRAS, formação mínima com curso básico em LIBRAS, funcionário efetivo da Secretaria Estadual de Educação e Cultura para a contratação de intérprete/instrutor de LIBRAS.

Para a coleta dos dados, fez-se uso de um questionário semiestruturado, que teve como base o elemento principal da pesquisa: o Intérprete de LIBRAS e sua atuação na escola. Assim, buscaram responder principalmente a função do intérprete como educador, dentre elas: o que é ser intérprete; a escolha profissional; a importância da profissão, a visão da sociedade e se o intérprete se encaixa no papel de educador.

Os dados foram tratados e analisados conforme a técnica Hermenêutica de Profundidade, que propõe três etapas: análise sócio-história; análise de conteúdo; e (re)interpretação (VERONESE; GUARESCHI, 2006). E adiante confrontados com os pressupostos teóricos da perspectiva Histórico-Cultural (VYGOTSKY, 1995; VIGOTSKI, 2011)

e das produções atuais acerca da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, sob olhar da inclusão da pessoas surda nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

A pesquisa teve participação de 14 (quatorze) intérpretes de LIBRAS aprovados em processo seletivo pelo estado e que atuam e atuarão na rede estadual de ensino do município de Parnaíba - PI. Para esclarecer melhor os sujeitos da pesquisa, primeiramente mostra-se o perfil dos participantes, quanto ao: *sexo, idade, nível de escolaridade, formação em LIBRAS e tempo de atuação com LIBRAS na escola*, como segue a tabela abaixo:

Tabela 1. Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa, Parnaíba, Piauí.

Participante	Sexo	Idade (anos)	Nível de escolaridade	Formação em LIBRAS	Tempo de atuação com LIBRAS na escola
A	Masculino	33	Ensino Médio	Curso Básico	1 ano
B	Feminino	26	Ensino Superior Completo	Pós-graduando em especialização em LIBRAS	1 ano
C	Feminino	22	Superior Incompleto	Curso Básico	1 ano
D	Masculino	24	Superior Incompleto	Proficiência em LIBRAS	2 anos
E	Feminino	30	Superior Incompleto	Curso de Extensão Básico	4 anos
F	Feminino	46	Superior Completo	Curso Básico	2 anos
G	Feminino	24	Superior Incompleto	Proficiência em LIBRAS	8 anos
H	Feminino	24	Ensino Médio	Curso Intermediário	1 ano
I	Masculino	24	Superior Completo	Curso Básico	1 ano
J	Feminino	21	Ensino Médio	Curso Intermediário	1 ano
K	Masculino	19	Superior Incompleto	Curso Básico	1 ano
L	Feminino	41	Pós Graduação em LIBRAS	Curso Intermediário	2 anos
M	Feminino	24	Ensino Médio	Curso Intermediário	1 ano
N	Masculino	60	Superior Completo	Curso Intermediário	1 ano

Fonte: Banco de dados dos pesquisadores, Parnaíba/PI, 2015.

Para uma melhor visualização dos resultados, prosseguem tabelas ilustrativas dos dados com as porcentagens e referidos eixos analíticos, e seguidamente confrontados com a literatura científica estudada, que conduzirá a análise.

SER INTÉRPRETE/INSTRUTOR DE LIBRAS

Com esta primeira categoria, pretende-se, verificar na concepção do profissional como ele vê seu trabalho de intérprete e assim, pode-se analisar os princípios e as diferentes visões desse profissional no contexto escolar.

Tabela 2. O que é ser Intérprete/instrutor, Parnaíba, Piauí.

Unidades de Análise	%
Possuir desafios constantes	14%
Mediador no processo de aprendizagem	57%
Ter ética e neutro durante a interpretação	22%
Professor de Português e LIBRAS	7%

Fonte: Banco de dados dos pesquisadores, Parnaíba/PI, 2015.

“Intérprete é uma profissão que exige muita ética, responsabilidade e respeito tanto do surdo como com aqueles que proferem”
(Participante A)

“O intérprete é aquele que atua diretamente no processo de ensino da língua materna. O intérprete atua como tradutor. Porém ambos são facilitadores no processo de ensino e aprendizagem”
(Participante C)

Verificamos que 57% dos participantes afirmam que o intérprete de LIBRAS é um profissional que atua como mediador no processo de aprendizagem; 22% dizem que o intérprete é um profissional ético e neutro durante o processo de tradução ou interpretação, visando à mínima interferência e modificação nesse percurso; que 14% acreditam que o intérprete é um profissional que possui desafios constantes, vistos as dificuldades encontradas na escola e sociedade, e apenas 7% dizem que o intérprete pode ser tanto professor de Português e LIBRAS.

Analisamos que para a maioria dos entrevistados a mediação é importante e está bem presente no profissional, como diz Quadros (2004, p.29) ao afirmar que o interprete é um mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, isso implica que durante esse processo não haja muitas interferências. É recomendado que o interprete transmita o que o professor explica para o aluno surdo e da mesma forma repassar para o professor os questionamentos deste aluno (ALBRES, 1991; MARTINS, 2009; GUARINELLO, 2008; SVARTHOLM, 1999; DE LACERDA, 2009).

IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL QUE ATUA EM LIBRAS NAS ESCOLAS

Esta terceira questão objetiva avaliar a visão desse profissional referente a LIBRAS na escola. Podemos verificar como ele demonstra ou imagina a atuação e a colaboração para os surdos, os demais alunos, professores e a escola em si. Com isso, sobressaíram quatro unidades de análise, tais como: *progresso do surdo, proporcionar oportunidade iguais, importante para a inclusão e necessário e fundamental*.

Tabela 3. A importância do profissional que atua em LIBRAS nas escolas, Parnaíba, Piauí.

Unidades de Análise	%
Progresso do Surdo	21%
Proporciona oportunidades iguais	21%
Importante para a Inclusão	29%
Necessário e Fundamental	29%

Fonte: Banco de dados dos pesquisadores, Parnaíba/PI, 2015.

“Ele vai contribuir muito no processo de aprendizagem do surdo [...] para a inclusão na sala de aula, e na vida desse aluno”

(Participante D)

“Há uma grande necessidade de intérprete nas escolas, e é de suma importância que seja suprida essa necessidade”

(Participante B)

Diante do resultado obtido podemos notar a diferença mínimas entre as respostas, 29% falam que o intérprete é um fator indispensável, importante para a inclusão do aluno surdo, e que é um profissional fundamental e necessário, pois sem ele não haveria comunicação do surdo com o ouvinte (ROSA, 2003; MONTEIRO, 2006) ou sequer o conhecimento do que está sendo transmitido pelo professor. 21% dos entrevistados acreditam que é importante, porque favorece o progresso do surdo não só para a escola mais para a sociedade, proporcionando oportunidades iguais.

O intérprete de língua de sinais viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, (FERNANDES, 1989; DE SOUSA, 2011) transmitindo a fala do orador, no caso o professor, através da sinalização, representando suas ideias e convicções. É através do intérprete que a classe conhece o aluno surdo, porque até então, sem o auxílio, esses indivíduos eram excluídos das escolas ou quando estavam presentes eram tidos como pessoas sem opinião e geralmente manipuladas por professores que desconhecem a LIBRAS e tentam ensiná-los pela forma oral, e mesmo que o surdo saiba leitura labial, esta comunicação é impossível de ser compreendida porque professores sem conhecimento gritam com o surdo ou falam lentamente, na concepção do professor e da escola o surdo está aprendendo.

Fernandes (2008, p.58) também faz ressalvas sobre a escola que reconhece esse profissional no seu currículo, acaba por demonstrar importância no processo de inclusão, derrubando as diferenças físicas, sociais, culturais, étnica, proporcionando assim o desenvolvimento deste aluno.

O INTÉRPRETE/INSTRUTOR DE LIBRAS: UM EDUCADOR?

Para esta questão, fomos específicos, buscamos saber do intérprete/instrutor se ele se ver como educador, visto que essa é uma das grandes questões que abrangem a discursão sobre o real papel do intérprete (LIMA, 2006; LEITE, 2004). Diversas foram as respostas, mas devido a objetividade da questão e tendo pequenas variações apenas nas justificativas, verificamos duas unidades analíticas que são: *sim. Interpretando ele ensina e não. Transmite apenas o que está sendo dito.*

Tabela 4. O intérprete/instrutor de LIBRAS como educador, Parnaíba, Piauí.

Unidades de Análise	%
Sim. Interpretando ele ensina	93%
Não. Transmite apenas o que está sendo dito	7%

Fonte: Banco de dados dos pesquisadores, Parnaíba/PI, 2015.

“Teoricamente não, pois ele vai apenas repassar o que lhe está sendo apresentado, as vezes quando está em sala de aula, ele precisa fazer papel de educador, papel que não lhe é cabível” (Participante E)

“Sim. Eu compreendo que os dois possuem uma função de educadores, pois o instrutor atua diretamente no ensino, enquanto que o intérprete atua como tradutor, porem a tradução implica na facilitação da transmissão de conhecimento, assim sendo o mesmo assume o papel de facilitador, juntamente com o professor” (Participante H)

Tendo mais objetividade nas respostas, a visão do intérprete em sala de aula como educador é quase que unânime, representando 93% dos participantes do questionário, que vem este profissional não como um substituto do professor mais como um agente transmissor de conhecimento, (ARANHA, 2005; DE LACERDA, 2000) apenas um participante acredita que não; o intérprete não tem papel de educador totalizando 7%. Contudo, o mesmo participante fez uma ressalva afirmando que, na teoria o intérprete não é educador.

De acordo com os intérpretes apesar da objetividade do “SIM”, existem diversas explicações para o motivo do intérprete considerar-se um educador para o aluno surdo, entre elas a de que, durante o processo de interpretação, esse profissional acaba por explicar outros assuntos referente ao que está sendo explicado pelo professor, facilitando um entendimento melhor do aluno surdo (CÁRNIO; COUTO; LICHTIG, 2000). Por diversas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo com isso ao assumir ambos papeis de interprete e professor para o aluno surdo, o interprete educacional acaba sendo sobrecarregado e confundindo o real proposito da profissão (QUADROS, 2004).

É certo que o intérprete sabe da sua verdadeira função, bem como o código de ética e a conduta de sua profissão, mas devido à necessidade do aluno surdo, acaba por não seguir à risca essas regras. Vale ressaltar que o intérprete não se considera educador para a turma, mas sim para o aluno surdo, devido a constante presença e explicações por ele mediadas.

CONCLUSÃO

O intérprete de LIBRAS e as compreensões educacionais/sociais acerca de seu papel ainda continuam passando por diversas transformações, até mesmo por se tratar de um segmento educacional da profissão. Constatou-se que o intérprete em contato com o ambiente escolar associa-se ao papel de educador, modificando até mesmo seu modo de pensar acerca da própria profissão, implicando mesmo em até não seguir as regulamentações da própria profissão, dentre elas a não interferência durante o processo de interpretação, aderindo à explicação e ao ensino de maneira que o aluno surdo possa compreender melhor.

Foi possível identificar que o meio educacional, por meio da experiência enquanto educador, conduz o intérprete a estar sensível à verificação das dificuldades do seu aluno, mediando os conhecimentos de uma forma atenta à compreensão, favorecendo o ensino do surdo de maneira significativa frente ao aprendizado. Os intérpretes foram quase unânimes referente a função de educador por eles atribuída frente ao próprio trabalho que desenvolvem nas escolas. Eles, entretanto, possuem a percepção de que o seu papel é de um “mediador do aprendizado” e o professor de “educador de fato”.

Na investigação realizada os intérpretes demonstraram que estão cientes da falta de conhecimento de muitos professores, gestores e até mesmo a sociedade, acerca de suas atribuições e possibilidades de trabalho/atuação profissional. Por outro lado, reconhecem os deveres de sua profissão e como irão trabalhar em sala de aula, destinadas ao auxílio apenas do aluno surdo e o processo de inclusão deste no âmbito escolar. Destaca-se ainda a disposição para construir e favorecer o aprendizado da pessoa surda, possibilitando também a interação dos demais alunos com o intérprete e conseqüentemente, com o próprio aluno surdo, podendo reduzir, a partir dessa comunicação, as barreiras físicas, como a da fala, ou a interacionista, possibilitando o aluno surdo a criar ciclos de amizade e interagindo com o professor durante a explicação.

Em suma, espera-se que os resultados do estudo possam servir de embasamento para novas investigações acerca da temática, sobretudo realizando investigações em outras realidades socioculturais, contextos e modalidades educacionais diversos. Assim sendo, sugere-se estudos futuros com delineamentos experimentais, que possam fornecer dados causais acerca da efetivação da inclusão de alunos surdos, evidenciando a efetividade do papel do intérprete de LIBRAS no sistema educacional brasileiro.

REFERENCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Interpretação educacional como campo de pesquisa: o que nos revelam as publicações internacionais. *American annals of the deaf*, v. 1847, n. 676, p. 5-5, 1991.

ALBRES, Neiva de Aquino. Processos de produção e legitimação de saberes para o currículo de pós em libras na formação de intérpretes para uma especialização. In: *Anais do Congresso de Tradutores intérpretes de Língua de sinais-UFSC*. 2010.

ALBRES, Neiva. Formação Acadêmico-Científica do Tradutor/Intérprete de Libras e Português: O Processo Investigativo como Objeto de Conhecimento. *N. d. Albres, &*, v. 500, p. 15-35, 2012.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. **MEC, Secretaria de Educação Especial**, 2005.

ARAÚJO, Claudia Campos Machado; LACERDA, CBF de. Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais. **Psicologia em Estudo**, v. 4, n. 15, p. 695-703, 2010.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF; Senado, 1988: atualizada até a emenda constitucional n.º 42^a, 19/12/2003. 33^a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

_____. Lei n.º 9394 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial (LDB)**. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Lei n.º 12.319 de 1.º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e interprete de Língua Brasileira de Sinais. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 02 de setembro 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais/secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÁRNIO, Maria Silvia; COUTO, Maria Inês V.; LICHTIG, Ida. Linguagem e surdez. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, p. 42-53, 2000.

COSTA, KPR. **O texto do intérprete de libras no contexto do bilingüismo e o pretexto da inclusão**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da Língua de Sinais dos surdos brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2011, p. 134.

FERNANDES, Eulalia. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Agir, 1989.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESUELI, Zilda Maria. Língua (gem) e identidade: a surdez em questão. **Educ. Soc**, v. 27, n. 94, p. 277-92, 2006.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. O intérprete universitário da Língua Brasileira de Sinais na cidade de Curitiba. **Rev. bras. educ. espec**, v. 14, n. 1, p. 63-74, 2008.

NEGREIROS. F.; FILHO. I. S. S.; SILVA. R. C. S. Intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS): identidade profissional e papel junto à educação especial. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 1, n. 03, 2015.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de; POLETTI, Juliana E. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais**. In: 27ª reunião anual da associação nacional de pesquisa em Educação. Caxambu, 2004.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. 2000.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental**. **Revista Contrapontos**, v. 5, n. 3, p. 353-367, 2009.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**. **Cadernos de Educação**, n. 36, 2012.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

LIMA, Elcivanni Santos. **Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior**. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MARTINS, Diléia Aparecida. **Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior**. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: PUC-Campinas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes, 2013.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil**. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil**. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista et al. **Formação de intérpretes educacionais de Libras: entre concepções e propostas de curso de extensão universitária**. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos: UFSCar. 2012.

OLAH, Naiane Caroline Silva. **O intérprete de Libras e a inclusão social do surdo**. **Rev. Pandora Brasil**, v. 24, n. 24, p. 1-15, 2010.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras**. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, W.D de; MELO, A. C. C.; BENITE, A. M. C. Inclusão de deficientes auditivos no ensino regular: dilemas de professores de biologia/ciências e intérpretes de libras. **Revista da SBEnBio**, v. 3, p. 208-218, 2010.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. A Formação e a Profissionalização do Intérprete de Libras. **Revista da Feneis**, 2003.

PEREIRA, Maria Cristina Pires; FRONZA, Cátia de Azevedo. Estudo sobre a proficiência lingüística do intérprete de libras. In: **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)**. 2010.

PIRES, Cleidi Lovatto. O Intérprete da LIBRAS-Um olhar sobre a Prática Profissional. **SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO**, p. 85-86, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. O “BI” em bilinguismo na educação de surdos. IN: FERNANDES, Eulalia (org.) **Surdez e bilinguismo**. 2.Ed. Porto Alegre, Mediação, 2008, p. 104.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004. p. 94.

ROSA, Andréa da Silva. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus, p. 235-243, 2003.

ROSA, Andréia da Silva. **Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do interprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo**. Florianópolis: PONTO DE VISTA; n.8, p. 75-95, 2006.

ROSSI, Célia Regina; LICHTIG, Ida. O Impacto da atuação do intérprete de LIBRAS no contexto de uma escola Pública para ouvintes. **Centro de Educação Transdisciplinar/CETRANS**, 2005.

SANDER, Ricardo. O Intérprete da Libras: um olhar sobre a prática profissional. **Anais do Seminário do INES**. Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. Plexus Editora, 2001.

SOUZA, Sinval Fernandes de; SILVEIRA, Hélder Eterno da. Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. 2011.

SVARTHOLM, Kristina. Aquisição de segunda língua por surdos. **Espaco: informativo técnico-científico de Livros**, n. 9, p. 38-45, 1999.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

NEGREIROS. F.; FILHO. I. S. S.; SILVA. R. C. S. Intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS): identidade profissional e papel junto à educação especial. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 1, n. 03, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011.

VYGOTSKY, L. S. Obras escolhidas-Problemas do desenvolvimento da psique. **Madrid: Visor**, v. 3, 1995.

Submetido em: Setembro de 2015

Aprovado em: Dezembro de 2015